

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO NO EXERCÍCIO DE 2013

Submetemos à apreciação de V.S.as as Informações Financeiras individuais e consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 do Banco ABC Brasil S.A.

BANCO ABC BRASIL S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte, um dos únicos do país a contar com suporte de um controlador internacional e autonomia local.

O Banco ABC Brasil é administrado por uma equipe de executivos altamente qualificados, com longa experiência no mercado financeiro, que também são acionistas do banco e contam com ampla autonomia na tomada de decisões, sendo capazes de detectar e explorar oportunidades setoriais e conjunturais da economia brasileira.

O Banco está presente no Brasil desde 1989, quando iniciou a construção de uma sólida base de clientes corporate, oferecendo produtos financeiros de alto valor agregado. A partir de 2005, passou a atuar também no segmento de empresas médias.

O Banco é reconhecido pela profunda expertise na análise e concessão de crédito, e oferece aos clientes um amplo portfólio de produtos e serviços.

O Banco ABC Brasil possui grau de investimento em escala global pelas três principais agências internacionais de classificação de risco, o que reflete a consistente performance do banco ao longo dos anos, a sólida administração de risco e o suporte do acionista controlador, Arab Banking Corporation. Ao final de 2013, os ratings do Banco ABC Brasil eram os seguintes: "brAA-" em escala nacional e "BBB-" em escala global pela Standard & Poor's Ratings Services; "Aa1.br" em escala nacional e "Baa3" em escala global pela Moody's Investors Services; e "AA" na escala nacional e "BBB-" em escala global pela Fitch Ratings. O Banco ABC Brasil S.A. (ABC84) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa).

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013 era a seguinte: Arab Banking Corporation (57,7%); Mercado (33,0%); Administradores e Conselheiros (7,0%); e Tesouraria (2,3%).

AÇÕES EM TESOURARIA

Em 13 de novembro de 2013, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, autorizar a Companhia a adquirir até 10% (dez por cento) das ações preferenciais nominativas em circulação representadas por até 2.444.356 ações preferenciais de emissão própria com objetivo principal de maximizar a geração de valor para os acionistas e viabilizar o pagamento da remuneração variável dos administradores da Companhia em linha com a Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional. Ao final de 2013, o saldo de ações em tesouraria era de 3.318.318 ações (1.782.601 ações ao final de 2012 e 1.630.701 ao final de 2011).

RENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS

O Banco ABC Brasil S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 268,3 milhões no ano de 2013 (R\$ 226,6 milhões em 2012 e R\$ 236,0 milhões em 2011), representando uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio médio de 14,9% no período (14,3% em 2012 e 16,6% em 2011).

A variação do resultado do banco em relação ao ano anterior reflete principalmente: (i) o crescimento da carteira de crédito e o aumento da margem financeira; (ii) a redução das despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa; (iii) o aumento da receita de prestação de serviços; e (iv) o eficaz controle das despesas de pessoal e administrativas.

Foi destinado aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor bruto total de R\$ 85,6 milhões, abrangendo as disposições legais atinentes à retenção de impostos, sendo os juros relativos ao ano de 2013. O Banco ofereceu aos acionistas a possibilidade de reinvestir os Juros sobre o Capital Próprio distribuídos através da emissão de novas ações (nota explicativa 25-b).

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R\$ 16.902,1 milhões ao final de 2013 (R\$ 14.713,3 milhões ao final de 2012 e R\$ 12.854,8 milhões ao final de 2011). Ao final de 2013 a carteira de crédito apresentou um índice de créditos classificados de AA-C em relação à carteira total de créditos de 96,8% (96,7% ao final de 2012 e 97,6% ao final de 2011). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 2,0% do total da carteira ao final de 2013 (2,1% ao final de 2012 e 1,7% ao final de 2011).

IN CVM 381/03

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre prestação de serviços pelo Auditor Independente, o BANCO ABC Brasil S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Não foram prestados quaisquer serviços não relacionados à auditoria.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios intencionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ao final do período, o Banco ABC Brasil S.A. possuía R\$ 486,8 milhões em títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

O Banco ABC Brasil S.A. está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

GESTÃO DE RISCO

1 - Risco corporativo

O Banco ABC Brasil entende que a gestão de risco é um processo que visa a criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, ato contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, mantém estruturas específicas visando atender às Resoluções nºs 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09, 4.090/12 do Banco Central do Brasil, que regem as atividades de gestão de risco operacional, mercado, crédito e liquidez, respectivamente. As informações referentes à gestão de risco em atendimento às resoluções mencionadas e à Circular nº 3.477/09 do Banco Central do Brasil estão disponíveis no site do Banco ABC Brasil S.A. (www.abcbrazil.com.br) > relações com investidores > serviços > fatores de risco > estrutura de risco - Banco ABC Brasil.

A Gestão do Risco Corporativo é responsável de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira e informar tempestivamente os riscos, falhas e deficiências de controles às áreas com condições de tratá-los. É exercida, porém, de forma centralizada na Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito.

A estrutura de governança do Banco baseia-se na regulação da Bolsa de Valores de São Paulo, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos como Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, além de colégios internos, como: Comitê de Risco do Conselho, Diretoria Colegiada, outros comitês operacionais como o Comitê de Crédito e Comitê Financeiro. O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite de risco da instituição, pela aprovação das estratégias de negócios e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe para isto o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

A Diretoria Executiva cuida da execução das definições do Conselho de Administração e a gestão das atividades da instituição.

2 - Risco operacional

O Banco reconhece que o Risco Operacional constitui uma categoria específica e como tal deve ser gerenciado. Deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, e considerando seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais, contando com o suporte da Área Jurídica. A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a Área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco.

3 - Risco de mercado e liquidez

A gestão dos riscos de mercado e de liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez atuais e futuros.

	Banco		Consolidado	
	Notas	2013	2012	2012
Ativo				
Circulante		12.038.859	9.703.905	12.160.928
Disponibilidades		175.347	87.523	175.347
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	2.403.404	1.886.332	2.403.404
Aplicações no mercado aberto		584.011	1.184.858	584.011
Aplicações em depósitos interfinanceiros		535.345	350.997	535.345
Aplicações em moedas estrangeiras		1.284.048	351.377	1.284.048
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	1.606.688	1.206.008	1.721.707
Carteira própria		1.102.870	676.927	1.217.889
Vinculados à prestação de garantias		298.337	437.755	298.337
Vinculados a operações compromissadas		83.117	-	83.117
Instrumentos financeiros derivativos		122.364	91.326	122.364
Relações interfinanceiras	6	62.548	146.892	62.548
Repasses interfinanceiros		59.446	140.164	59.446
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		3.102	6.728	3.102
Operações de crédito		5.329.990	4.616.623	5.329.990
Operações de crédito - setor público	7	128.289	73.328	128.289
Operações de crédito - setor privado	7	5.314.050	4.661.268	5.314.050
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8	(112.349)	(117.973)	(112.349)
Outros créditos		2.434.866	1.726.081	2.441.916
Carteira de câmbio	9.a	1.858.846	1.222.104	1.858.846
Rendas a receber		10.639	10.639	10.639
Negociação e intermediação de valores	9.b	56.297	34.363	56.297
Diversos	9.c	524.348	472.889	531.398
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(15.264)	(13.665)	(15.264)
Outros valores e bens		26.016	34.446	26.016
Outros valores e bens		23.035	33.046	23.035
Despesas antecipadas		2.981	1.400	2.981
Realizável a longo prazo		5.042.004	3.608.800	5.077.139
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	1.223.032	566.719	1.258.167
Carteira própria		463.704	297.159	498.839
Vinculados à prestação de garantias		465.600	42.456	465.600
Instrumentos financeiros derivativos		293.728	227.104	293.728
Operações de crédito		3.643.620	2.908.456	3.643.620
Operações de crédito - setor público	7	128.289	73.328	128.289
Operações de crédito - setor privado	7	3.704.935	2.826.285	3.704.935
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8	(61.315)	(45.607)	(61.315)
Outros créditos		173.087	129.977	173.087
Rendas a receber		4.705	981	4.705
Diversos	9.c	179.201	133.766	179.201
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(10.819)	(4.770)	(10.819)
Outros valores e bens		2.265	3.648	2.265
Investimentos temporários		1.042	1.436	1.042
Despesas antecipadas		1.223	2.212	1.223
Permanente		168.363	160.229	21.678
Investimentos		147.037	138.202	352
Participações em controladas - no País	10	146.685	137.808	352
Outros investimentos		352	394	352
Imobilizado de uso	11	12.967	15.392	12.967
Outros imobilizações de uso		26.931	26.873	26.931
Depreciações acumuladas		(13.964)	(11.481)	(13.964)
Diferido	11	29	141	29
Gastos de organização e expansão		4.390	4.390	4.390
Amortizações acumuladas		(4.361)	(4.249)	(4.361)
Intangível	11	8.330	6.494	8.330
Ativos intangíveis		18.950	15.024	18.950
Amortizações acumuladas		(10.620)	(8.530)	(10.620)
Total do Ativo		17.249.226	13.472.934	17.259.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Banco		Consolidado	
	Notas	2013	2012	2012
Passivo				
Circulante		10.754.056	8.151.126	10.764.250
Depósitos	12	3.391.715	3.398.028	3.391.566
Depósitos à vista		42.547	46.529	42.398
Depósitos interfinanceiros		419.122	1.006.027	419.122
Depósitos a prazo		2.930.046	2.345.472	2.930.046
Captações no mercado aberto		112.496	-	112.496
Operações compromissadas		112.496	-	112.496
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	2.057.402	1.134.830	2.057.402
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de créditos e similares		2.052.510	1.134.830	2.052.510
Obrigações para títulos e valores mobiliários no exterior		4.892	-	4.892
Relações interdependências		27.544	31.581	27.544
Recursos em trânsito de terceiros		27.544	31.581	27.544
Obrigações por empréstimos	14	2.473.423	1.666.342	2.473.423
Empréstimos no exterior		2.473.423	1.666.342	2.473.423
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	14	778.958	747.916	778.958
BNDES		414.171	416.393	414.171
FINAME		333.403	305.332	333.403
Outras instituições		31.384	26.191	31.384
Instrumentos financeiros derivativos	5	142.488	71.985	142.488
Instrumentos financeiros derivativos		142.488	71.985	142.488
Outras obrigações		1.770.030	1.100.444	1.780.373
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		336	2.967	336
Carteira de câmbio	15.a	1.514.860	759.486	1.514.860
Fiscais e previdenciárias	15.b	110.147	197.053	120.466
Negociação e intermediação de valores	15.c	12.183	1.428	12.183
Dividas subordinadas	15.d	16.808	22.997	16.808
Diversas		60.933	51.202	60.933
Exigível a longo prazo		4.547.639	3.617.029	4.547.964
Depósitos	12	170.817	332.929	170.817
Depósitos interfinanceiros		13.105	59.908	13.105
Depósitos a prazo		157.712	273.021	157.712
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	1.697.318	1.163.669	1.697.318
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de créditos e similares		1.472.118	1.163.669	1.472.118
Obrigações para títulos e valores mobiliários no exterior		225.200	-	225.200
Obrigações por empréstimos	14	-	4.133	-
Empréstimos no exterior		-	4.133	-
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	14	1.564.803	1.106.387	1.564.803
BNDES		621.125	369.473	621.125
FINAME		935.393	736.914	935.393
Outras instituições		8.285	5.681	8.285
Instrumentos financeiros derivativos	5	20.173	5.681	20.173
Instrumentos financeiros derivativos		20.173	5.681	20.173
Outras obrigações	15.b	1.094.528	1.004.230	1.094.528
Fiscais e previdenciárias		57.897	59.272	58.222
Sociais e estatutárias		315	-	315
Dividas subordinadas	15.c	1.034.176	943.014	1.034.176
Diversas	15.d	2.140	1.944	2.140
Resultado de exercícios futuros		30.009	25.306	30.009
Recursos de exercícios futuros		30.009	25.306	30.009
Patrimônio líquido	25	1.917.522	1.679.473	1.917.522
Capital social:		1.113.920	1.041.900	1.113.920
De domiciliados no País		487.257	457.500	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Arab Banking Corporation que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário. O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Grand Cayman (nota 22).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1. Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação: As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. As demonstrações financeiras consolidadas incluem demonstrações financeiras individuais do Banco ABC Brasil S.A. e das empresas controladas ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC Brasil Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 31 de dezembro de 2013, corresponde a, aproximadamente, 100%. As demonstrações financeiras foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria da companhia em 04 de fevereiro de 2014. As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa; Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações; Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; e Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico. A elaboração das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

II. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis são assim resumidas: a) Critérios de avaliação dos ativos: As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e despesas, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização. Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue: Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do exercício. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização. Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receitas ou despesas em razão do prazo de fluência dos contratos; As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício; As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa; As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa. As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes. Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil-econômica dos bens. O ativo diferido é demonstrado pelo valor do capital aplicado, deduzido dos saldos de amortizações acumuladas calculadas pelo método linear. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias. c) Critérios de avaliação dos passivos: As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. d) Hedge accounting: Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior através de instrumentos de dívida subordinada de longo prazo, o Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção total hedge de valores e despesas. A contabilidade social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15%. De acordo com a Lei nº 11.941/09, que instituiu o Regime Tributário de Transição - RT, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da referida Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (nota 20). j) Lucro por ação: O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

Banco e consolidado
2013 2012
175.347 87.523
1.584.733 1.792.965
1.284.048 351.377
300.685 1.441.588
1.760.080 1.880.488

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações em mercado aberto lastreadas em títulos públicos federais e aplicações em moedas estrangeiras têm prazos de vencimento de um dia útil. As aplicações em mercado interfinanceiro têm prazos de vencimento até dezembro de 2015.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários: A classificação dos títulos, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é demonstrada como segue:

Table with columns: Banco, Consolidado, Banco, Consolidado for years 2013 and 2012. Rows include Letras Financeiras do Tesouro, Eurobônus, Notas do Tesouro Nacional, etc.

(a) A administração decidiu reclassificar esses títulos da categoria Títulos para negociação para a categoria Títulos disponíveis para venda em função das condições de liquidez desses ativos. Não houve quaisquer efeitos nos resultados. (b) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam em 31 de dezembro de 2013, ajuste negativo de R\$19.338. Em 31 de dezembro de 2012, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam perda de R\$ 4.390 (R\$ 4.672 de ganho em 2012), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial líquido do efeito tributário, no montante de R\$ 2.634 (R\$ 2.803, em 2012). A composição da carteira em 31 de dezembro de 2013, considerando o prazo de vencimento, é demonstrada como segue:

Table with columns: Até 1 mês, De 1 a 3 meses, De 3 a 6 meses, De 6 a 12 meses, De 1 a 3 anos, Acima de 3 anos, Total. Rows include Títulos para negociação, Títulos disponíveis para venda, Títulos mantidos até o vencimento.

O Banco possui "Títulos vinculados a garantias" de suas operações que são demonstradas a seguir:

Table with columns: Tipo de operação, Título vinculado, Valor de mercado 2013, Valor de mercado 2012. Rows include Captação de empréstimos, Derivativos - BMF e CBLC, Câmbio - BMF, Captações em letras de crédito do agronegócio.

b) Instrumentos financeiros derivativos: O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa controlados por prazos, taxas e montantes compatíveis. Os derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, os derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revisados, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação. Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são diariamente reportados à alta administração. A medição da exposição fundamenta-se no cálculo do valor a risco (VaR) com horizonte de um ano por meio de simulação histórica com nível de confiança de 99% e períodos de retenção de um dia para a carteira de negociação e vinte e um dias para a carteira de não negociação. Além dos controles de exposição VaR, o Banco também realiza testes de análise de sensibilidade para avaliar os impactos das mudanças nas taxas de juros sobre o portfólio. Operações de derivativos com limite de crédito de contraparte, definido em função do perfil do cliente, e são revisadas periodicamente em comitês de crédito com a presença da alta administração. As operações são custodiadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA ou na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e na Bolsa de Valores de Chicago. A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação. Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado: - Futuros: cotações em Bolsas; - Opções: determinadas com base em critérios estabelecidos em contratos; - Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBOVESPA; - Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBOVESPA ou bolsas de referência. Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

Table with columns: Banco e consolidado, 2013, 2012. Rows include Contratos de futuros, Compromisso de compra, Mercado interfinanceiro, Moeda estrangeira, Outros, etc.

Visando mitigar os riscos da operação de captação da dívida subordinada no valor de US\$ 300 milhões (nota 15.c), a administração decidiu designar os instrumentos financeiros abaixo demonstrados para proteção cambial de parcela do valor do principal bem como de parcela de valor dos juros contratuais.

Derivativos usados como "hedge" de valor justo

Table with columns: Instrumento de "Hedge", Banco e consolidado, 2013. Rows include Contratos de "Swap", Moeda estrangeira - Dólar (1), Objeto de "Hedge", etc.

Derivativos usados como "hedge" de valor justo

Table with columns: Instrumento de "Hedge", Banco e consolidado, 2012. Rows include Contratos de "Swap", Moeda estrangeira - Dólar (1), Objeto de "Hedge", etc.

Considerando que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de Hedge (dívida subordinada) e fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (swaps) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Os instrumentos financeiros derivativos por vencimento, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, têm a seguinte composição:

Table with columns: Banco e consolidado, 2013, 2012. Rows include Até 1 mês, De 1 a 3 meses, De 3 a 6 meses, De 6 a 12 meses, De 1 a 3 anos, Acima de 3 anos, Total. Rows include - Compensação, Contratos de futuros, Contratos de "Swap", etc.

Os resultados apurados com (instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estão assim compostos:

Table with columns: Banco e consolidado, 2013, 2012. Rows include Receita, Despesa, Líquido, Liquidez. Rows include Swaps, Moeda estrangeira - Dólar (1), Opções, etc.

Análise de sensibilidade das operações com instrumentos financeiros: Em atendimento aos dispositivos da Instrução CVM nº 475/08, o Banco divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros. O quadro abaixo demonstra o cenário mais provável, na avaliação da administração, além de dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em contratos e, quando aplicável, indicadores de fontes diversas externas ou por modelos de precificação adotados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros na data do balanço. No cenário II, foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza de risco de tais instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nessas mesmas variáveis.

Table with columns: Exposição, Cenário Provável, Cenário II, Cenário III. Rows include Taxa de Juros, Exposição líquida de Juros Prefixados (Pjur1), Exposição líquida de Cupons de moeda (Pjur2), etc.

i) Taxa de Juros
Exposição líquida de Juros Prefixados (Pjur1)
Exposição líquida de Cupons de moeda (Pjur2)
Exposição líquida de Cupons de índices (Pjur3)
Total da exposição a taxas de Juros (Nota 26)
ii) Taxas de Câmbio
Total da exposição comprada a taxas de Câmbio

iii) Taxas de juros: Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados na carteira de "Negociação" (Trading Book), de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.464/07 e Circular nº 3.354/07, representam exposições que terão impactos nos resultados da organização pela aplicação de critérios e premissas que possam afetar o grau de risco dessas exposições inclusive com testes de "stress" cujos resultados possam indicar a suficiência de capital regulatório para cobertura de tais riscos. Os resultados dos procedimentos, que não guardam relação com as práticas contábeis para registro e valorização das operações relacionadas a essa carteira, são reportados ao Banco Central e em 31 de dezembro de 2013 demonstravam uma exposição de R\$ 54.698, que considera o risco de taxa de juros da referida carteira de não negociação em cenários alternativos própria da metodologia determinada pelo órgão regulador. Para efeito da análise de sensibilidade, o risco de descausamento cambial desta carteira está considerado na posição de taxas de câmbio descrita no item II.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

A composição do saldo da rubrica relações interfinanceiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012, está assim demonstrada:

Table with columns: Banco e consolidado, 2013, 2012. Rows include Intermediários financeiros, Indústria, Comércio, Serviços, Pessoas físicas, Setor público, Total. Rows include Operações de crédito, Empréstimos, Financiamentos - BNDES/Finame, etc.

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES

Os saldos das operações de crédito, outros créditos e garantias prestadas e responsabilidades, são demonstrados como segue:

Table with columns: Banco e consolidado, 2013, 2012. Rows include Operações de crédito, Empréstimos, Financiamentos - BNDES/Finame, etc.

O Banco possui "Títulos vinculados a garantias" de suas operações que são demonstradas a seguir:

Table with columns: Tipo de operação, Título vinculado, Valor de mercado 2013, Valor de mercado 2012. Rows include Captação de empréstimos, Derivativos - BMF e CBLC, Câmbio - BMF, Captações em letras de crédito do agronegócio.



Competência é tudo.

BANCO ABC BRASIL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 28.195.667/0001-06

www.abcbrazil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

(R\$ 201.897 em 2012) referente a créditos vinculados a operações adquiridas em cessão demonstradas em Outros Créditos (nota 9.c). (c) As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e outras garantias e contabilizadas em contas de compensação. Não são esperadas perdas nessas operações. Os saldos das operações de crédito, garantias prestadas e responsabilidades, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

	Banco e consolidado						Vencidas a partir de 15 dias	Total
	2013							
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos		
Operações de crédito	663.851	1.284.612	1.352.623	2.105.786	2.935.478	769.457	9.147.274	
Outros créditos	214.294	230.696	194.339	69.270	25.631	24.723	762.647	
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	878.145	1.515.308	1.546.962	2.175.056	2.961.109	794.180	9.909.921	
Garantias prestadas e responsabilidades	604.981	829.598	1.824.980	2.794.083	924.143	14.411	6.992.196	
Total - 2013	1.483.126	2.344.906	3.371.942	4.969.139	3.885.252	808.591	16.902.117	
Total - 2012	1.190.101	1.980.693	3.048.671	4.590.803	3.297.755	569.798	14.713.264	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram realizadas operações de cessão de créditos, sem coobrigação, amparadas no disposto na Resolução nº 2.836/01 do Banco Central do Brasil, no montante de R\$ 26.356 (R\$ 14.875 em 2012). O efeito dessas operações no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ (1.410) (R\$ 525 em 2012). A concentração do risco de crédito é assim demonstrada:

	2013		2012	
	Saldo	% sobre a carteira (1)	Saldo	% sobre a carteira (1)
Principal devedor	455.269	2,69	465.497	3,16
10 maiores devedores	3.240.087	19,17	2.818.105	19,15
20 maiores devedores	4.701.231	27,81	4.182.815	28,43

(1) total da carteira incluindo garantias prestadas e responsabilidades

8. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E OUTROS CRÉDITOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não houve provisões para garantias prestadas. A carteira de operações de crédito e outros ativos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estão assim distribuídos:

Nível de risco	Nível de provisionamento	Banco e consolidado		
		Curso normal	Atraso	Total
AA	-	487.759	-	487.759
A	0,5%	3.553.510	-	3.553.510
B	1,0%	4.553.310	560	4.553.870
C	3,0%	993.510	1.947	995.457
D	10,0%	195.675	3.184	198.859
E	30,0%	21.203	10.832	32.035
F	50,0%	16.623	2.300	18.923
G	70,0%	5.654	642	6.296
H	100,0%	43.516	19.696	63.212
Total		9.870.760	39.161	9.909.921

Nível de risco	Nível de provisionamento	Banco e consolidado		
		Curso normal	Atraso	Total
AA	-	532.272	-	532.272
A	0,5%	3.014.161	-	3.014.161
B	1,0%	3.608.776	250	3.609.026
C	3,0%	1.045.217	2.709	1.047.926
D	10,0%	161.264	2.056	163.320
E	30,0%	26.625	1.612	28.237
F	50,0%	8.929	1.707	10.636
G	70,0%	18.488	1.547	20.035
H	100,0%	29.709	25.562	55.271
Total		8.445.441	35.443	8.480.884

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos teve a seguinte movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Banco e consolidado		
	2013	2012	Total
Operações de crédito	163.580	18.435	182.015
Outros créditos	85.171	7.582	92.753
Total	248.751	26.017	274.768

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo total de créditos renegociados é de R\$ 304.286 (R\$ 177.019 em 2012), sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 194.616 (R\$ 143.962 em 2012). O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 23.053 (R\$ 9.531 em 2012).

9. OUTROS CRÉDITOS

a) O saldo da carteira de câmbio está assim demonstrado:

	Banco e consolidado	
	2013	2012
Câmbio comprado a liquidar - CCL	726.195	587.004
Provisão sobre variação cambial de CCL	(474)	(398)
Direitos sobre vendas de câmbio	1.133.270	628.992
Adiantamentos recebidos	(8.062)	(5.218)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC)	7.917	11.724
Total	1.858.846	1.222.104

b) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

c) A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

	Banco		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Créditos tributários (Nota 20)	140.694	136.739	140.717	136.758
Devedores por depósitos em garantia	92.329	87.227	97.433	92.339
Impostos e contribuições a compensar	37.338	39.398	39.259	41.395
Imposos e contribuições a recuperar	-	29	-	29
Títulos e créditos a receber	238.439	137.563	238.439	137.563
Créditos vinculados a operações de cessão (1)	193.979	201.897	193.979	201.897
Outros	770	3.802	772	3.848
Total	703.549	606.655	710.599	613.829

(1) De acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil, a partir de janeiro de 2012 as operações de créditos cedidas com coobrigação passam a ser demonstradas em contas específicas dentro da rubrica outros créditos.

10. INVESTIMENTOS

	ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		ABC BRASIL Administração e Participações Ltda.	
	2013	2012	2013	2012
Capital social	-	49.600	-	55.632
Patrimônio líquido	-	73.941	-	72.744
Resultado do exercício	-	3.853	-	5.031
Nº de ações ordinárias possuídas	-	24.980.054	-	-
Nº de ações preferenciais possuídas	-	24.980.055	-	-
Nº de cotas possuídas	-	-	55.631.814	-
% de participação	-	100,00	99,99	-
Valor contábil	-	73.941	146.685	137.808
Equivalência patrimonial	-	3.853	5.031	8.884

11. IMOBILIZADO, DIFERIDO E INTANGÍVEL

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil econômica dos bens. Conforme Resolução nº 3.617/08 do Banco Central do Brasil, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por beneficiários em propriedades de terceiros, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados. O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logísticos e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

12. DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco					Consolidado	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2013	2012
Depósitos à vista	42.547	-	-	-	42.547	46.529	42.398
Depósitos interfinanceiros	-	170.202	248.920	13.105	432.227	1.065.935	432.227
Depósitos a prazo	-	1.130.669	1.799.377	147.507	10.205	3.087.758	2.618.493
Total - 2013	42.547	1.300.871	2.048.297	160.612	10.205	3.562.532	3.562.383
Total - 2012	46.529	1.628.784	1.722.715	329.040	3.889	3.730.957	3.730.737

13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento:

	Banco e consolidado				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	105.204	143.879	5.460	256.315	510.858
Letras de crédito do agronegócio	662.794	436.928	18.072	1.117.794	2.235.588
Letras financeiras	79.369	624.336	1.443.109	3.705	2.150.519
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior (1)	4.892	-	225.200	-	230.092
Total - 2013	852.259	1.205.143	1.691.841	5.477	3.754.720
Total - 2012	721.837	412.993	1.163.669	-	2.298.499

(1) Em 22 de março de 2013, foi integralizada a captação de recursos mediante a emissão de notas seniores no valor de R\$ 250 milhões de reais com vencimento em março de 2016 e juros anuais de 8,50%, pagos semestralmente.

14. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses têm a seguinte distribuição, por prazos de vencimento:

	Banco e consolidado				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Obrigações por empréstimos:	962.850	1.510.573	-	-	2.473.423
- No exterior	-	-	-	-	-
Obrigações por repasses - Do País:	111.306	302.865	512.170	108.955	1.035.296
- BNDES	84.099	249.304	519.440	415.953	1.268.796
- FINEAME	14.393	16.991	8.285	39.669	26.191
Outras instituições	-	-	-	-	-
Total - 2013	1.172.648	2.079.733	1.039.895	524.908	4.817.184
Total - 2012	709.383	1.704.875	762.857	347.663	3.524.778

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira. Tais obrigações estão sujeitas a variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço. As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos, calculados até a data do balanço.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) O saldo da carteira de câmbio está assim composto:

	Banco e consolidado	
	2013	2012
Câmbio vendido a liquidar	1.282.935	628.795
Obrigações por compra de câmbio	555.861	573.073
Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC)	(323.936)	(442.382)
Total	1.514.860	759.486

b) O saldo de obrigações fiscais e previdenciárias está assim composto:

	Banco		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Provisão para imposto de renda e contribuição sobre o lucro	51.022	83.673	56.097	88.504
Impostos e contribuições sobre lucro a pagar	-	306	303	608
Impostos e contribuições a recolher	48.938	105.169	54.156	110.384
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 20)	54.881	61.107	54.881	61.107
Provisão para outros impostos diferidos	308	222	308	222
Provisão para riscos cíveis e fiscais	12.895	5.848	12.943	5.897
Total	168.044	256.325	178.688	266.722

c) Dívidas subordinadas: A composição do saldo das dívidas subordinadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está assim composto:

	Banco e consolidado	
	2013	2012
Dívida subordinada Objeto de "Hedge accounting"	779.610	719.621
Outras dívidas subordinadas	779.610	719.621
Total	1.559.220	1.439.242

Notas Subordinadas no Exterior (US\$ 300 milhões)

Subtotal

Letras Financeiras

Notas Subordinadas no Exterior (US\$ 100 milhões)

Subtotal

Outras dívidas subordinadas

O saldo das dívidas subordinadas decorrentes de captações de notas subordinadas no exterior em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é assim composto:

Dívida subordinada Objeto de "Hedge accounting"

Notas Subordinadas no Exterior (US\$ 300 milhões)

Valor do principal

Juros provisionados

Deságio com hedge accounting

Subtotal

Deságio sem hedge accounting

Despesa de captação diferida

Resultado do hedge accounting diferido

Ajuste a valor de mercado ("Hedge Accounting") - nota 2.II.d e 5.b

Total

Outras dívidas subordinadas

	2013	2012
Notas Subordinadas no Exterior (US\$ 100 milhões)	234.260	204.350
Valor do principal	11.380	11.509
Despesa de captação diferida	(862)	(923)
Juros provisionados	4.202	3.665
Total	248.980	218.601

A captação de recursos no exterior, objeto de hedge accounting, no valor de US\$ 300 milhões com vencimento em abril de 2020, possui juros anuais de 7,875% pagos semestralmente. Em 9 de outubro de 2012, foi integralizada a emissão de recursos mediante a emissão suplementar de Notas Subordinadas no exterior no valor de US\$ 100 milhões, com mesmo vencimento e taxas de juros. O ágio e deságio pagos na captação dos referidos recursos, bem como as despesas diretas estão sendo diferidos pelo prazo da captação. As captações mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação possuem vencimento em abril de 2021 (R\$ 14.435) e vencimento em abril de 2017 (R\$ 7.959) e possuem respectivamente juros anuais de 8,6% e 9,1%. Todas as captações em dívidas subordinadas estão autorizadas pelo Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 3.444/07 a comporem o nível II do Patrimônio de Referência do Banco - PR, exceto o valor do ágio na captação de outras dívidas subordinadas no valor de R\$ 11.380.

d) Outras obrigações diversas:

	2013	2012
--	------	------



Competência é tudo.

BANCO ABC BRASIL S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 28.195.667/0001-06

www.abcbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

c) Resumo da movimentação do plano de remuneração: Para atender a resolução sobre remuneração o Banco obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores. De acordo com o plano de remuneração em ações citado na nota 21.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis para liquidação no final do período de carência conforme abaixo demonstrado:

Distribuição	Período de carência	Saldo em 31/12/2012	Novos	Ações entregues	Cancelados	Saldo em 31/12/2013
1º	30/08/2012 - 29/08/2013	247.222	-	236.283	10.939	-
1º	30/08/2012 - 29/08/2014	247.222	-	-	-	247.222
1º	30/08/2012 - 29/08/2015	247.222	-	-	-	247.222
2º	08/02/2013 - 08/02/2014	-	227.245	-	-	227.245
2º	08/02/2013 - 08/02/2015	-	227.245	-	-	227.245
2º	08/02/2013 - 08/02/2016	-	227.245	-	-	227.245
3º	30/08/2013 - 29/08/2014	-	313.442	-	-	313.442
3º	30/08/2013 - 29/08/2015	-	313.442	-	-	313.442
3º	30/08/2013 - 29/08/2016	-	313.442	-	-	313.442
Total		741.666	1.622.061	236.283	10.939	2.116.505

22. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são demonstrados como segue:

	2013		2012	
	US\$	R\$	US\$	R\$
Ativos				
Disponibilidades	2.848	6.672	34.505	70.511
Aplicações interfinanceiras de liquidez	75.449	176.747	117.065	239.222
TVM e instrumentos financeiros derivativos	68.042	159.395	58.787	120.131
Operações de crédito - Líquido	762.818	1.786.978	487.303	995.804
Outros créditos e valores e bens	5.771	13.519	6.541	13.367
Total	914.928	2.143.311	704.201	1.439.035
Passivos				
Depósitos à vista	84	197	329	672
Depósitos a prazo	363.084	850.561	181.287	370.460
Obrigações por empréstimos no exterior	531.272	1.244.557	577.833	1.180.802
Instrumentos financeiros derivativos	30.804	72.161	25.752	52.624
Outras obrigações	279	654	114	233
Total	925.523	2.168.130	785.315	1.604.791

23. PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A provisão para participação nos lucros foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas têm sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Na nota 2.11.g) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos. Durante o exercício foram transitada em julgado duas ações em favor ao banco conforme descritas abaixo: **Fundo de Investimento Social ("FINSOCIAL"):** Foi transitada em julgado ação requerendo o direito de compensar os valores recolhidos em alíquota superior a 0,5% do FINSOCIAL. O valor atualizado dos recolhimentos com direito a compensação é de R\$ 7.447 (R\$ 4.122 líquido de impostos) demonstrado na nota 18. **IRPJ sobre remessa de juros de captações:** Transitou em julgado ação contestando a incidência de imposto de Renda Retido na Fonte sobre remessa de juros de captações ("Fixed Rate Notes"). O valor atualizado dos recolhimentos realizados por conta do Banco com direito a compensação é de R\$ 11.699 (R\$ 6.476 líquido de impostos) demonstrados na nota 18. O banco aderiu aos programas de anistia fiscal do Governo Federal, conforme descrito abaixo:

Anistia fiscal - Lei 11.941/2009 e MP 470/2009: Considerando os termos e vantagens oferecidos pela anistia fiscal prevista na Lei nº 11.941/2009 e MP 470/2009, a administração do Banco avaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de adesão à referida anistia e optou pelo parcelamento previsto na mesma. Como consequência, houve a desistência de diversos processos movidos pelo Banco. Os principais processos objeto de adesão foram: i) Compensação de créditos adquiridos de terceiros com outros tributos, ii) Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS") sobre receitas financeiras - Lei nº 9.718/98, iii) Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") - isonomia da alíquota de 8%, iv) Programa de integração social ("PIS"), v) IRPJ - Glosa de prejuízo fiscal, e vi) Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") - Empresa não empregadora. **Anistia fiscal - Lei 12.865/2013 e MP 627/2013:** Tendo em vista a nova anistia prevista na Lei 12.865/2013 e MP 627/2013, a administração do Banco em conjunto com assessores jurídicos optou pela desistência do parcelamento previsto na Lei 11.941/2009 e adesão à nova anistia com relação aos débitos do PIS e COFINS - Lei 9.718/98 e pagamento integral dos demais débitos anteriormente incluídos no parcelamento. Ainda dentro dessa nova anistia, houve adesão dos valores discutidos no processo referente incidência do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre ingresso de moeda estrangeira ocorrida em 1994. O resultado reconhecido oriundo da adesão à nova anistia foi de R\$ 6.253 demonstrado na nota 18. Além dos processos incluídos na anistia antes citados, o Banco responde por ações e processos cujas perdas estão sendo consideradas possíveis por nossos assessores cujo detalhamento é o seguinte: **IRPJ e CSLL referente a não tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira:** Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela subsidiária ABC Brasil Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª instância é favorável ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R\$ 9.030. **Imposto sobre serviços ("ISS"):** Trata-se de diversas medidas judiciais envolvendo Prefeituras Municipais e versa sobre recolhimentos de ISS, principalmente o incidente sobre rendas de garantias prestadas (aval e fiança), relativas às competências de 1994 a 2013. Tais valores correspondem a R\$ 31.380. **Encargos Previdenciários ("INSS"):** O Banco está defendendo autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 a 2008 no valor de R\$ 31.561. **Compensações não homologadas:** Pagamento da COFINS sem incidência de multa com base no Art. 63 da Lei 9.430/96. Aguardando julgamento das manifestações de inconformidade. O valor da exigência monta a R\$ 2.833. **Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2013, o Banco era parte do polo passivo em 31 ações trabalhistas em andamento, cujo valor de contingência totalizava R\$ 4.680. O valor da contingência foi totalmente provisionado, levando em consideração a probabilidade de perda das referidas ações. **Cíveis:** Em 31 de dezembro de 2013, o Banco e suas controladas eram parte em ações cíveis, perfazendo um valor total de R\$ 28.474. Resumimos a seguir as principais ações em que o Banco e suas controladas figuram como réu e são consideradas por nossos assessores jurídicos como possíveis: **a)** ação visando o pagamento de diferenças de preço de venda de títulos oferecidos para liquidação de empréstimos, cujo valor em discussão é de R\$ 11.223, sendo que até o momento a decisão é favorável ao Banco em 1ª instância; **b)** ação envolvendo pedido de anulação de lançamento a débito realizado na conta-corrente de empresa avalista em operação de crédito, cujo valor da contingência monta a importância de R\$ 12.870 e a chance de perda é considerada possível.

Movimentação das provisões constituídas:

	Banco			Consolidado		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
No início do exercício	4.061	5.618	230	4.061	5.667	230
Constituição	3.739	8.250	-	3.739	8.250	-
Reversão	(479)	(446)	-	(479)	(446)	-
Baixa	(2.641)	(757)	-	(2.641)	(757)	-
No final do exercício	4.680	12.665	230	4.680	12.714	230

A DIRETORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em reunião do Comitê de Auditoria realizada em 03 de fevereiro de 2014 e em reunião extraordinária realizada em 04 de fevereiro de 2014, com base nas informações recebidas da Administração do Banco e de suas controladas, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e no diligenciamos e análises próprias, foi recomendada a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do Banco ABC Brasil S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. O relatório completo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas do
Banco ABC Brasil S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
A Administração do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos Auditores Independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada

com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e das demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco ABC Brasil S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2013,

o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Demonstração do Valor Adicionado
Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) individual e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
São Paulo, 04 de fevereiro de 2014
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP18405/O-6
Renato Nantes
Contador CRC-1RU115529/O-7-5-SP

CONTADOR: LEILA MARIA DE CARVALHO ROCHA - CRC 1SP 170428/O-5

do Comitê de Auditoria, datado de 04 de fevereiro de 2014, contendo o detalhamento do escopo dos seus trabalhos e diligências, estará disponível no site do Banco ABC Brasil S.A. (www.abcbrasil.com.br) e à disposição dos interessados na seção de "Governança Corporativa".
São Paulo, 04 de fevereiro de 2014
O COMITÊ DE AUDITORIA



	2013	2012
Banco e Consolidado	1.782.601	1.772.000
	(236.283)	(236.283)
	3.318.318	3.318.318

	2013	2012
Risco de crédito	1.828.710	1.633.298
Cambial	22.583	-
Taxa de juros	49.580	17.547
Commodities	739	7.799
Risco operacional	81.097	75.952
Ações	-	784
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	1.982.709	1.735.380
Patrimônio de Referência - PR	2.662.677	2.507.282
Excesso de patrimônio em relação ao limite	679.968	771.902

27. OUTRAS INFORMAÇÕES
Acordo de compensação e liquidação de obrigações - O Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo. O total de ativos mitigados por acordo de compensação em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 48.197 (R\$ 397.821 em 2012).
28. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO ENTRE BRGAAP E IFRS
Apresentamos a seguir os principais ajustes identificados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BRGAAP") e o IFRS, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	2013	2012
Patrimônio líquido em BRGAAP	1.917.522	1.679.473
Ajustes IFRS líquido dos impostos:		
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	a 56.150	55.999
Outros ajustes	166	8
Patrimônio líquido em IFRS	1.973.838	1.735.480
Lucro líquido em BRGAAP	268.263	226.619
Ajustes IFRS líquido dos impostos:		
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	a 150	15.990
Varição cambial sobre investimento no exterior	b (2.996)	(1.690)
Lucro líquido em IFRS	265.417	240.919

a) Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes: Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco efetua a provisão para perdas sobre crédito com base na avaliação individual das operações considerando as circunstâncias conhecidas quando desta avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BRGAAP, que usa regras específicas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão. **b) Variação cambial sobre investimento no exterior:** Segundo orientação do IFRS, com base no IAS 21 "Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio", os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos para reais pela taxa em vigor na data do balanço, e os resultados são convertidos para reais pela média das taxas de câmbio do período, sendo as variações cambiais decorrentes da conversão reconhecidas diretamente no patrimônio, no resultado abrangente.